

UM EXERCÍCIO PARA ALÉM DA DESCRIÇÃO: AS POTENCIALIDADES DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA

Gyovana de Almeida Félix Machado*

Resumo: O presente artigo propõe-se a discutir o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana no contexto dos desafios para administração de Arquivos no Brasil, especialmente os que guardam documentações do período colonial. Ainda, assim o analisamos mediante as suas potencialidades, traduzidas não somente no seu volume documental, mas na natureza das informações, contextos de produção e toda atividade humana mobilizada para que ele pudesse concentrar um fluxo lógico, produtor de sentido e útil para pesquisa, coleta e acessos amplos que não se restringem à categoria de pesquisadores profissionais. Buscamos demonstrar que desde o processo de produção do documento (no seu período histórico), até a sua guarda e organização dentro do Arquivo fazem parte de um movimento vívido, cuja estrutura invisível das muitas mãos que o compõe confere a esse espaço a sua inserção nas discussões sobre patrimônio e educação patrimonial. Finalmente, mediante um estudo de caso, mobilizamos os usos potenciais de um tipo de documentação presente no Arquivo, os processos *de genere et moribus*.

Palavras-chave: Arquivos Eclesiásticos; Bispado de Mariana; Processos de genere et moribus; Capelães;

Abstract: The purpose of this article is to discuss the Ecclesiastical Archives of the Archdiocese of Mariana in the context of the challenges of managing archives in Brazil, especially those that hold documents from the colonial period. In addition, we analyzed it through its potential, translated not only in its volume of documents, but in the nature of the information, production contexts and all the human activity mobilized so that it could concentrate a logical, meaning-producing and useful flow for research, collection and broad access that is not restricted to the category of professional researchers. We sought to demonstrate that from the document's production process (in its historical period) to its storage and organization within the Archive are part of a vivid movement, whose invisible structure of the many hands that make it up gives this space its place in discussions about heritage and heritage education. Finally, through a case study, we mobilize the potential uses of a type of documentation present in the Archive, the processes *de genere et moribus*.

Keywords: Ecclesiastical Archives; Bishopric of Mariana; Processes de genere et moribus; Chaplains;

Escrever sobre a vida interna de um Arquivo pode causar certa estranheza à vista dos que nos lêem. Por décadas, cunhou-se uma categoria a-histórica enrijecida cuja falta de variação foi reafirmada no senso comum e atribuída aos espaços receptores de histórias e memórias. “Arquivo é a coisa morta”. Todavia, é este também o espaço da produção de legados e, portanto, vivo. Este artigo buscará explorar percepções de um arquivo eclesialístico, o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, a partir de uma superação descritiva, apontando para a sua natureza, os seus efeitos e os seus desafios; é

* Doutoranda em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pelo mesmo Programa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4704965331700906>. E-mail: gyovanafelix@gmail.com

certo que, para tamanha reflexão, iremos nos debruçar a partir de um breve recorte temporal com o fim de complexificar-se o teor de nossas análises. Por isso, traremos a potencialidade das documentações relativas aos setecentos (séc. XVIII).

Para Assmann (2011), a origem do arquivo indica seu condicionamento a sistemas de registros, ainda, aos seus usos em culturas antigas que o associaram a fins comerciais e administrativos, auxiliando como memória da economia e administração, bem como testemunho do passado. Desta maneira, a produção dos papéis enquanto suporte de informações, esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento social e, o que lemos contemporaneamente sobre eles, passa por um universo mais amplo cuja letra, a informação, não se deve ser lida isolada de seu contexto, uma vez que ela pode nos abrir um horizonte não somente temático, mas as escolhas realizadas pelo escrivão ao apresentar determinado assunto, ou queixa, querela, entre outros.

Essa leitura em camadas considera o documento completo, desde os dados sobre alfabetização em Minas Gerais no século XVIII até as relações secundárias promovidas entre grupos subalternos e espaços de sociabilidade que poderiam ter o(s) seu(s) devido(s) objetivo (s). A noção, por sua vez, do Arquivo enquanto amontoado das coisas mortas, velhas ou, até mesmo, das “passadas” (no sentido de sua desimportância), associa-se a uma percepção própria da História: aquilo que é velho, cheira mal, pode causar coceiras, é sensível ao toque e invisível se não há interesse. É o que o atual diretor do Arquivo da Cúria (AEAM) respondeu quando questionado sobre a importância e a noção de conservação públicas desse espaço:

[...] a noção de importância e preservação dos arquivos não é muito bem entendida e considerada por nossa população. Talvez os arquivos ainda estejam mais prejudicados ainda nesta questão, por representarem um ambiente de menor visibilidade e fruição para a população. Se existe uma certa aversão por coisas “velhas”, tal aversão é ainda mais sentida em relação aos arquivos, considerados por muitos apenas como simples “depósitos de papéis velhos”. Além disso, a preservação, manutenção e organização de arquivos exige um trabalho árduo, minucioso, paciente e bastante dispendioso, o que nem sempre atrai o gosto das pessoas e o investimento das instituições. Ainda há pouco interesse por parte das pessoas e autoridades nas atividades relacionadas aos arquivos e os poucos investimentos são muitas vezes entendidos como gastos desnecessários (Machado, 2023).

De fato, a ordem consensual de todas estas interpretações acerca de um Arquivo tensiona a própria educação patrimonial. Arquivo também é um patrimônio e, como tal, inserido nas discussões de preservação. Todavia, tratando-se da tentativa de normatizá-lo enquanto parte fundamental da constituição social, é necessário o observarmos, também,

na potencialidade de seu espaço. Antes de um raso juízo de valor sobre bem e mal, destacamos uma discussão que, na medida do esquecimento, desvalorização e descomprometimento público a ele, existe um potencial uso do mesmo, das suas documentações, especificamente, para que haja a construção e/ou o reforço de memórias.

Em muito, há esse tipo de discussão acerca da construção de arquivos pessoais, em que a folha, a letra e toda a composição que o organiza é direcionada com o fim de criar-se uma determinada memória. Sugerindo ser um espaço em que, mais do que memória histórica, dispõem-se dos direitos do poder, do domínio e corrobora-se para uma hierarquia estruturada em valores inseridos em determinada posição de relevância, caso de arquivo públicos em que há o fechamento ou a abertura do acesso a determinadas documentações (portanto, informações) em um processo de alternância política governamental; isso, porque o controle do arquivo, seria o controle da memória, ainda, segundo Derrida (2001), “não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória”. Pensar, portanto, a existência do arquivo como espaço criado, submetido a escolhas e categorizado politicamente segundo uma hierarquia de valores e relevância, é discutir seleções, exclusões, marginalizações e, nesse mesmo íterim, o objetivo por trás dessas mesmas seleções.

Ainda sobre essa discussão, pauta-se que as estruturas de poder que se ancoram no espaço do arquivo dizem de determinado investimento e, isso, pode se justificar pela memória que se deseja construir. Aqui, poderiam entrar os arquivos pessoais e os respectivos investimentos à construção de *personas* heróicas ou exemplares, como dito anteriormente. Mantendo um rigor mais teórico, Heymann (2005) dispõe de uma associação e reflexão quanto a memória e a produção de identidades. Nesse sentido, constatou-se uma série de projetos que podem orbitar as intenções quanto ao controle e construção da memória pelas seleções e investimentos feitos em um arquivo, como por exemplo, projetos políticos que buscam associar indivíduo à história nacional. Tudo isso, partiria da ação de outros indivíduos que, atribuídos de certa “necessidade”, produziram esses espaços somando seus recursos e adesão ao próprio projeto. Essa produção de uma memória combina temporalidades distintas mediante atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado) e como isso é rememorado (futuro), como indica Heymann.

A articulação flexível e constante entre temporalidades busca produzir um discurso fidedigno, tal como a narrativa que acompanha o próprio espaço do arquivo, a rigor, a de

ser um testemunho do passado, uma âncora que legitima e, que no entanto, pode ser instrumentalizada, historicamente, por aqueles que dominam ou buscam dominar, seja por influência ou legitimação. Esse tripé, memória-passado-história, só pode ser mobilizado quando há uma naturalização dessas percepções que inibem o olhar sensível para o território de um arquivo e, aqui, inclui uma linguagem geográfica pois a sua manutenção atrela-se às condições de suas respectivas regiões, afinal,

[...] a situação dos arquivos eclesiásticos brasileiros obedece a uma lógica muito próxima da situação das regiões do país concernente aos seus níveis de desenvolvimento social e econômico; os estados federativos do sul e sudeste possuem arquivos religiosos com condições melhores de tratamento e de disseminação de suas fontes, em oposição aos do norte e nordeste do Brasil, com raras exceções. Assim, os territórios eclesiásticos são muito vulneráveis ao espaço geográfico com todos os seus elementos atinentes à economia, política e cultura do país, o que, por sua vez, influencia a gestão dos documentos arquivísticos de uma diocese ou paróquia (Santos, 2007, p. 38).

Em um diagnóstico acerca dos arquivos eclesiásticos, Santos (2007) descreve parte do que constitui o(s) seu(s) acervo(s) mediante a responsabilidade de produção documental no período colonial e, parte do imperial, brasileiro. Explicamos. Nas paróquias exerciam-se matrimônios, batizados e na sorte das certidões, encontram-se até mesmo as de óbitos, e esses dados gravavam um senso para a própria administração, no sentido de contabilização da população e conhecimento dela nos termos já mencionados: quem casou, com quem casou, quem teve filho, legitimidade e ilegitimidade, entre outros. Isso fez com que os acervos eclesiásticos, entendidos *a posteriori* enquanto arquivos, pudessem ter sob a sua guarda informações fundamentais sobre os locais que estavam sob sua jurisdição. Todavia, é necessário pontuar que a constituição desses documentos não era realizada ou, mormente falando, justificada pela máxima autoridade da Igreja. Há de se observar que o período em que houve essa recorrência é também conhecido pela presença do Padroado Régio, em que

o Rei detinha o poder de nomear o Bispo para a diocese, e, como Mestre da Ordem de Cristo, apresentar o clero do cabido e das paróquias, cujo processo deveria ser confirmado pela Mesa de Consciência e Ordem. Além das nomeações eclesiásticas, possuía também a prerrogativa de arrecadar Dízimo, edificar e manter os templos e pagar aos clérigos as cõngruas (Arantes, 2020, p. 51).

Isso significa uma articulação do poder régio e das instituições a fim de ordenarem o corpo social, sob a máxima, por sua vez, do Rei, representante da vontade divina. Por

isso, ainda que a produção dessas documentações tenha sido realizada pela Igreja, elas serviam a uma estrutura maior capaz de mobilizar esses dados para múltiplos objetivos.

A natureza do Arquivo, dessa maneira, pode ser interpretada de maneira elástica, no sentido de que a sua organização interna, bem como os usos de suas documentações, possui mobilizações plurais e podem ser manejadas sob uma série inesgotável de objetivos. Nisso encontra-se parte da sua riqueza mas, também, os seus desafios. Desafios esses que são, para o padre Leandro Neves (diretor AEAM), fundamentados em alguns aspectos: financiamento para custeio das demandas (restauração, condicionamento documental, etc.) e “uma boa formação no sentido de se perceber os arquivos como lugares por excelência da memória e da identidade de um povo, onde as pessoas se reconheçam a partir da história registrada e conservada nos documentos, [...]” (Machado, 2023). O envolvimento comunitário inicia-se antes de uma prática e/ou uma ação direta no espaço, mas num apelo educacional sobre patrimônio que deve incorporar um conjunto de instituições. Com uma ampla responsabilidade, é notório que o esforço de apenas um arquivo, ou apenas uma instituição, terá um impacto significativamente menor, sobretudo quando se trata de um intercâmbio interestadual, municipal ou, até mesmo, internacional, como é o caso dos pesquisadores que solicitam acesso ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

A guarda das documentações, subsidiada oficialmente a partir da orientação disposta na Carta circular que trata a “função pastoral dos Arquivos Eclesiásticos” (1997) aborda esses espaços enquanto centros de um patrimônio que, pela sua riqueza de informações cultural e tradicionalmente, constituem um valor evangelizador profundo:

Na *mens* da Igreja os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização. [...] À inclemência de tantas circunstâncias históricas, que providencialmente não destruíram a memória dos eventos nas suas grandes linhas, deve então contrapor-se o nosso esforço de tutela e de valorização do material documentário, a fim de o usufruir no *hic et nunc* (aqui e agora) da Igreja (Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja, 1997 apud. Machado, 2023).

Apesar dessa orientação oficial ou, até mesmo, a mais contemporânea e difundida dos acenos institucionais da Igreja acerca dos arquivos, o papa João Paulo II, através da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* (1988), postulava que “entre os bens históricos têm particular importância todos os documentos e instrumentos jurídicos, que relatam e testemunham a vida e o cuidado pastoral, bem como os direitos e as obrigações das

dioceses, das paróquias, das igrejas e das outras pessoas jurídicas, instituídas na Igreja” (João Paulo, 1988). É certo que essa significativa percepção atrela-se a orientação pastoral da Igreja, seus agentes e fiéis e, para além disso, destacamos a o próprio trabalho realizado localmente por estes mesmos fiéis que, voluntariamente, articularam-se e articulam-se, ainda, com os párocos e organizam um acervo capaz de ser consultado não somente por pesquisadores mas, também, por outros agentes da Igreja católica que buscam suas raízes patrimoniais: provisões de ereção, sesmaria para a construção, patrimônio, entre outros.

Isto posto, há de se pontuar que, categoricamente, demonstramos a natureza dos Arquivos e percepções oficiais sobre sua importância patrimonial. Há, ainda, outras categorias em que há a presença de documentação que se formam por uma determinada organização, as bibliotecas sempre foram parte do cotidiano da intelectualidade contemporânea, sobretudo por parte de homens religiosos, clérigos, que por suas trajetórias formativas, bem como outros critérios necessários, alcançavam graus na hierarquia religiosa com determinada proeminência, atestando a qualificação para discutirem decisões de maior impacto, inclusive teologicamente. Caso do Papa Dâmaso (366-384) que

será o primeiro a chamar de “Sé Apostólica” a Igreja de Roma. Atribui-se a este papa a transferência dos arquivos da Igreja de Latrão a um local preparado exclusivamente para aqueles, perto da nova Basílica de São Lourenço, em uma zona próxima ao Teatro de Pompeu (Santos, 2005, p. 45).

Agrega-se a noção de patrimônio contemporaneamente, ainda que o seu acúmulo documental e a sua guarda esteja sob as intenções mais antigas, como visto acima. Há de se levar em consideração, também, os espaços históricos de cultura letrada e influência das artes, como é o caso da Igreja. A produção iconográfica ilustrou e ilustra a sua história desde a Antiguidade, com destaque no Medievo em que a iconografia eclesiástica ganhou maior destaque e associou-se a arquitetura dos templos, numa interpretação em que a sua presença em demasia, fosse em imagens ou vitrais, simbolizava também a suntuosidade da religião. A sua dramaticidade explorava, por sua vez, as ilustrações sobre vida e morte, céu e inferno, de maneiras mais íntimas e profundas aos fiéis que, por vezes, não eram alfabetizados. Nisso, há uma ampla discussão acerca da iconografia e o seu papel evangelizador.

No esteio de tudo o que discutimos, encontra-se o Arquivo da Cúria de Mariana. Fundado em 1965 pelo Arcebispo Dom Oscar de Oliveira, o arquivo conta com documentações que abordam mais de 3 séculos de histórias que podem ser visitadas através dos seus:

livros de batismos, casamentos e óbitos, documentos sobre o governo dos bispos, documentos sobre o Seminário, documentos sobre irmandades, documentos sobre a catedral de Nossa Senhora de Assunção e documentos sobre paróquias. Essas são somente as variações temáticas do acervo, pois a natureza dos documentos é diversa. Em muito, esse processo ocorreu devido a sede do Bispado Marianense que, evidentemente em Mariana, em 1745 passou a ter jurisdição eclesiástica sob uma série de territórios (mediante as capelas e paróquias a ela submetidas) e, uma vez que as decisões passavam pelo Bispo e toda a sua estrutura (tal como o Cabido Eclesiástico), houve uma intensa recepção de cartas, solicitações, denúncias, entre outros, em Mariana. O oposto pode ser observado no sentido das respostas encaminhadas aos solicitantes uma vez que, registradas nos livros oficiais do período, noticiavam provisões múltiplas para as regiões que estavam sob sua jurisdição. Assim, a circulação eclesiástica mineira, necessariamente, passava por Mariana.

Algumas documentações paroquiais, como é o caso de Ouro Preto, estão, em sua maioria, nos arquivos que levam o nome de suas matrizes, Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar. Entretanto, pela própria dificuldade de preservação dessa documentação, muitas paróquias as encaminharam para a Cúria Marianense.

Refletir, no entanto, sobre essa configuração arquivística, pressupõe, em si, uma medida de historicização, ou seja, de se localizar o arquivo no próprio tempo. A fundação em 1965 conferiu ao arquivo, pela agência de Dom Oscar, um estatuto, uma personalidade jurídica e inscrição CNPJ, ou seja, um aparato burocrático de reconhecimento do espaço. Com isso em vista, retornamos à observação central do artigo em que busca-se pensar: a construção do espaço anterior a sua demarcação burocrática. Sua vida interna, organização, categorização, esforços múltiplos, já existiam antes do *status* jurídico adquirido, em uma configuração diferente daquelas que encontramos hoje no Arquivo por pautar, no início do século passado, com Monsenhor José de Souza Telles Guimarães e Monsenhor Cônego Raimundo Trindade — primeiro diretor nomeado na década de 1920 —, uma categoria funcional de guarda documental, sobretudo o primeiro citado na administração do arquivo corrente da própria Diocese. O caráter histórico, com vistas da pesquisa e consulta, ganhou um novo fôlego com o Cônego Raimundo Trindade impulsionado, em muito, pelas suas próprias curiosidades em relação a dimensão do Bispado Marianense, suas capelas, igrejas e os seus agentes (Trindade, 1945; Trindade, 1953; entre outros).

É interessante pontuarmos, ainda, que o próprio Cônego Raimundo Trindade escreveu sobre o Monsenhor José de Souza Telles no ímpeto das suas pesquisas no Arquivo, ocorrendo-lhe informações sobre sua vida eclesial na seguinte ordem: origem, formação, ordenação, cargos e morte.

José de Sousa Teles Guimarães - Natural de Caeté, filho de Caetano de Sousa Teles Guimarães e Margarida Umbelina de Lima Teles, nascido a 27 de outubro de 1840. Fez o curso secundário e teológico em Mariana, onde se ordenou - fâmulos de Dom Viçoso - a 15 de janeiro de 1865. Era ainda diácono quando ingressou no Cabido por carta imperial, de 17 de dezembro de 1864, colando-se dois dias depois de sua ordenação sacerdotal, a 17 de janeiro, na vaga de José Amador dos Santos, resignatário. Promovido a Chantre, em 1871, cadeira antes ocupada por Francisco Porfírio do Rosário, e a Arcediago, no ano seguinte, por carta imperial de 27 de novembro, colando-se a 12 de dezembro. A Santa Sé agraciou-o com as dignidades de Protonotário e Missionário Apostólico. Vigário Geral de Dom Silvério, provisionado a 22 e empossado a 24 de maio de 1897. Vítima de pertinaz enfermidade, em que sua virtude se apurou notavelmente, faleceu a 24 de dezembro de 1903” (Trindade, 1953, p. 333).

A breve descrição realizada pelo autor demonstra, por sua vez, os usos feitos com as informações levantadas na documentação. Em outras palavras, as intenções que, em um momento inédito de mobilização da documentação com vias para a pesquisa, sobressaíram. Nisso, percebemos a preocupação em localizar o indivíduo, centralmente, na sua ligação com a Igreja, enquanto um agente dela. Para uma segunda observação, brevemente percebe-se a separação discursiva em três momentos: nascimento, vida eclesial e morte. Sendo que, nesta segunda, reside parte majoritária da descrição e, portanto, o momento dado para maior visibilidade de sua trajetória.

Um espaço, para que seja dimensionado na vida civil, se coloca sob uma série de critérios, tais como assimilação, configuração, e outros aspectos que dizem respeito a ação social frente a ele. O espaço de um arquivo pode ser interpretado de forma semelhante; o início de suas atividades deve ter, como recorte, perguntas específicas uma vez que a guarda de documentos por parte da Igreja católica esteve, historicamente, no horizonte de suas ações, pela documentação e administração corrente e cotidiana, ou pelo acúmulo em vistas de preservar a sua história, como foi o caso dos esforços no Concílio de Trento em construir uma orientação quanto à preservação documental e as normas reguladoras dessa guarda arquivística (Tognoli e Ferreira, 2017).

Portanto, a pergunta mais simples seria: “quando o Arquivo se funda?” e, a resposta, mais complexa, se assim feita pela lente do local — que não é somente o espaço, mas todo o contexto de inserção do arquivo, seus diretores, voluntários, organogramas ao longo do

período, os usos feitos a partir dele, os seus sentidos ao longo do tempo, o processo de burocratização, mudanças e descontinuidades, entre outros —. Por isso, mais uma vez, optamos por um horizonte que o pensa a partir de suas conexões, inclusive, sobre o que pode-se construir a partir de uma pesquisa no Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana.

Como dito anteriormente, pelos próprios limites da especialização formativa, detenho-me na documentação que aborda o século XVIII. Assim, em certa medida como o Cônego Raimundo Trindade, o nosso acesso ao arquivo deveu-se a uma necessidade primária de pesquisa; uma pesquisa ampla acerca dos padres capelães da capela de Santa Rita dos Presos que resultou em uma dissertação defendida com louvor no ano de 2024¹. O salto entre nós e o Cônego não é somente temporal, uma vez que este escreveu no século passado mas, também, de metodologia. As nossas intenções, segundo uma discussão historiográfica, até mesmo, posterior à vida de Trindade, justificam e respaldam uma análise em camadas, exterior a expectativa de uma linha do tempo e que, como consequência, nos apresenta novas perguntas, questões e curiosidades científicas acerca não só do tempo vivido, mas dos agentes que nele viveram.

Como dito, realizou-se uma pesquisa em que cruzamos informações entre arquivos e diferentes tipos documentais, com isso, queremos dizer: testamentos, processos de *genere et moribus*, livro de irmandades, entre outros. Iremos nos ater, nesse sentido, a documentação relativa ao processo de ordenação de um dos capelães encontrados e que está disponível no AEAM. Assim o fazemos com o fim de refletirmos sobre a potencialidade de 1 tipo documental que está sob a guarda do sobredito.

O caso do pe. Francisco Ferreira da Cunha, capelão por, aproximadamente, 19 anos da capela de Santa Rita dos presos, é revelador de um profundo subsídio patrimonial e suas possíveis articulações em redes de sociabilidades, constituídas desde o seu batismo a partir do seu apadrinhamento. Dispondo de uma notícia acerca da sua origem, este tipo documental apresenta o nascimento de Francisco em Prados devido à parte materna, já que sua avó, Ana da Cunha de Oliveira, era natural e batizada na matriz da cidade de Prados, bem como sua mãe, Úrsula Maria de Oliveira. Já o seu avô materno era Luís Gonçalves Gaya, da freguesia de santa marinha de Gaya de Vila Nova do Porto (Bispado

¹ Para mais detalhes, ver: MACHADO, Gyovana de Almeida Félix. Os capelães da capela de Santa Rita dos presos: reflexões sobre estabilidade e mobilidade social junto ao auxílio de governabilidade à Câmara de Vila Rica (1736-1793). 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16675>.

do Porto) e, ambos os seus avós paternos, Domingos Ferreiras e Domingas Dias, eram naturais e batizados na freguesia de São João das Neves, Vila de Angeja no Bispado de Coimbra. Tratamos, portanto, de uma família cuja relação com Portugal concebia-se através dos chamados reinóis, ou seja, indivíduos que vieram de Portugal para o Brasil.

De semelhante modo, o seu pai Lourenço Ferreira, natural da freguesia de N. Sra. das Neves da Vila de Angeja, Bispado de Coimbra. Indicando uma conformação familiar notavelmente de homens do clero, os tios avós, por parte de Ana da Cunha, eram clérigos, bem como um de seus irmãos citados no processo à época por ter se habilitado também no Bispado Marianense, Ignácio Ferreira o que, por sua vez, foi um dos argumentos mobilizados para atestação de pureza de sangue, justificando ser de família de cristãos velhos.

Batizado em 18 de agosto de 1739 pelo Vigário Manoel da Encarnação Justiniano (Vale, 1985, p. 147) , Francisco Ferreira teve como padrinhos: João Gonçalves Chaves — sargento mor²— e Rosa Maria de Beça, esposa de Luiz Marques da Fonseca — capitão de cavalos da freguesia de Prados³ —. Habilitado para as ordens menores em 16 de setembro de 1760, o Pe. Francisco permaneceu alargando os seus graus de atuação alcançando a sub-diaconia em 6 de Agosto de 1762, bem como iniciou sua formação como diácono e presbítero em 3 de setembro do mesmo ano. Há de se observar que, nesse mesmo mês de maior impulso no ensino, ingressou na Irmandade de São Pedro dos Clérigos. Em 1765, solicitou:

Diz o padre francisco ferreira da Fonseca clérigo subdiácono e seminarista atual neste Seminário de vossa excelentíssima reverendíssima lhe faz a esmola de o ordenar de dicácono e presbítero nas presentes temporas a título de necessidade de operários, como requer o apostolico indulto, assinando ele termo de assistirem em uma das capelas do Bispado a corta (?) e permanecendo um ano no seminário no qual possa conseguir o moral que lhe é necessário para justamente beneficiar a dita capela, e como o suplicante para receber tão grande esmola de Vossa Excelentíssima Reverendíssima carece ser dispensado nos interstícios [...] ⁴

Essa transição entre grau de ordenação, no caso do Pe. Ferreira, ocorreu com a solicitação nos interstícios, ou seja, concluiu a sub-diaconia, permaneceu no seminário para ampliar a sua formação alcançando a diaconia e, com os interstícios, o presbitério. Durante esse

² Arquivo Histórico Ultramarino-Minas Gerais, cx. 127, doc. 22.

³ Arquivo Histórico Ultramarino-Minas Gerais, cx. 39, doc. 1.

⁴ AEAM, Processos de genere et moribus, pasta 0540, armário 03.

período o processo de habilitação desenrolou-se, haja vista sua aprovação *in moribus* em 13 de setembro de 1760 e as atestações de patrimônio em 1762.

Ainda como seminarista a alcançar novo grau de ordem, buscou argumentar ser necessário a ampliação de sua formação por querer atuar na capela privada de Thomas Dias Motta, em sua fazenda de engenho; ainda que não haja maiores referências quanto a localidade da fazenda, encontramos uma documentação quanto ao “sequestro”, após a morte de Thomas, pela Fazenda Real das terras que eram suas. Podendo ou não se tratar da dita fazenda, a documentação diz respeito às terras no “termo da Real Vila de Queluz [...] na paragem chamada a Conquista [...]”⁵. Bem como podemos considerar que, pela solicitação de diaconia e presbitério, buscava galgar algumas funções e, entre elas, a de administração dos sacramentos para servir àquele espaço.

No que tange a comprovação de seu patrimônio encontramos algumas doações de terra, na paragem do passatempo e, por serem distantes, houve a necessidade de enviar um tabelião público, cuja despesa o Pe. Francisco alegou não ter condições buscando, dessa maneira, que já se lhe desse por posse a dita terra. No entanto,

Aos catorze dias do mes de Julho do ano de nascimento do nosso senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e um sendo nesta parage chamada curral do passa tempo aonde eu escrivão por comissão abaixo vim na dita parage pelo Reverendo ordenante Padre Francisco Ferreira pelos _apresenta escritura junta requerendo me que em cumprimento dela lhe desse posse da sesmaria nela declarada a qual lhe havia dado por posse Estevão dos Reis Motta [...]”⁶

O doador, Estevão dos Reis Motta, sesmeiro da região, possuía, entre algumas sesmarias, — a que localizava-se na freguesia da Borda do Campo, termo da Vila de São José — uma doada pelo governador sob o seguinte argumento do solicitante: “ter grande fábrica de escravos e necessitar da terra para nela produzir frutos e pagar o Dízimo”⁷. Logo, podemos constatar que um senhor de escravos financiou, em doação de meia légua de terras na paragem do passatempo, a comprovação de patrimônio do Pe. Francisco Ferreira e Cunha necessária para que se habilitasse nas ordens. É possível observar que, no início da trajetória, o dito padre mencionou seu desejo de atuação — o que acreditamos ter

⁵ Arquivo Público Mineiro-Secretaria de Governo, cx.26-Doc.30.

⁶ AEAM, Processos de genere et moribus, pasta 0540, armário 03.

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino-Minas Gerais, cx. 93, doc. 37.

ocorrido — na capela privada de Thomas Dias Motta e, a posterior doação para seu patrimônio, ocorreu por um indivíduo cujo sobrenome também é “Motta”.

Com isso, queremos sublinhar que há algumas possibilidades, entre elas, a de serem parentes não consanguíneos, bem como a sua inserção em uma rede de benefícios, favores, entre outros, amplamente de sociabilidade, resultando na mercê do patrimônio doado. Acrescenta-se ao seu conjunto patrimonial, o escravo de nome Antônio, doado pelo Reverendo Vigário Manoel Monteiro de Carvalho e o escravo João doado por Antônio Luiz Teixeira, em ambos os casos não encontramos vestígios dos doadores. De toda forma, foi necessária uma avaliação de valor dos escravizados por testemunhas e, entre elas, estava o capitão João Gonçalves de Moura, marido da tia de parte materna do Pe Francisco, Maria Genebra — verificado mediante a certidão de casamento da referida tia, que também consta arrolada ao processo de *genere et moribus* —. Avaliou-se os escravizados em: escravo Antônio - 150.000 réis e escravo João - 100.000 réis. Desse modo, em 26 de setembro de 1762 deliberou Ignácio Correia de Sá:

Visto estes autos escrituras de doação e patrimônio e feitas a favor do habilitando Francisco Ferreira vistos __ inquiridas sobre as qualidades necessárias dos bens doados em __ do estilo requeridos por direito mostra se que o habilitando é __ e possuidor dos bens doados pelas ditas escrituras os quais sendo vistos e examinados pelos louvados __ foram estimados e avaliados em oitocentos e cinquenta mil réis e que podiam render em cada ano para o habilitando livre de gastos sessenta mil réis 447 e feitas as mais diligências necessárias se mostra não haver nas ditas doações patrimônio pacto, conluio, ou simulação alguma, nem impedimento algum, o que tudo visto e o mais dos autos julgo o dito patrimônio por bem e bem feito o que a testemunho do mesmo se passe ordenador de ordens sacras e ei por desobrigado o fiador e fiado da fiança visto haverem satisfeito ao que se obrigaram pelo dito termo de fiança e mando se lhe passe sua sentença pagar as custas [...]⁸

Uma documentação de natureza eclesiástica nos abriu um horizonte de conexões para a vida de um indivíduo do século XVIII. Apesar da investigação e análise realizada em camadas, no cruzamento com outros arquivos e as suas documentações, percebe-se o potencial de manuseio desse tipo de processo para compreensão das próprias relações na sociedade mineira setecentista. Com isso, retornamos à percepção de um arquivo com vida interna pois, o que se passa nas suas documentações, quando escritas, possuía vida.

Dessa maneira, defendemos a proposta de um arquivo cujo espaço seja lido pela potencialidade da realidade do que já existiu e existe, na contramão do senso em que o

⁸ AEAM, Processos de *genere et moribus*, pasta 0540, armário 03.

percebe como um espaço esvaziado pelo passado, pela morte. Ao contrário, se interpretado a partir de suas documentações, contexto de escrita e, também, na organização coletiva do seu acervo, percebe-se uma ação contínua de agentes, da Igreja ou voluntários; uma vida que, curiosamente, não se finda. Somos todos parte da(s) história(s) desse espaço a medida em que interagimos com ele, assim, o construímos num apelo para o presente: reeducar e preservar para que essa vida histórica não se acabe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Sirleia Maria. Na rendilha do cotidiano: a família dos libertos e seus descendentes em Minas Gerais (1770-1850). Curitiba: Appris, 2020.

ASSMANN, Aleida. Arquivo. In: Espaços de recordação. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: UNICAMP, 2011.

DERRIDA, J. Mal de Arquivo: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

HEYMANN, Luciana. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6758>

MACHADO, Gyovana de Almeida Félix. O arquivo da cúria de Mariana em perspectiva: uma entrevista sobre cuidado, preservação e memória. Revista Trama Arte Bodoque, Juiz de Fora, n. 187, 29 out. 2023. Disponível em: <https://revistatrama.artebodoque.com/2023/10/29/o-arquivo-da-curia-de-mariana-em-perspectiva-uma-entrevista-sobre-cuidado-preservacao-e-memoria/>

SANTOS, Cristian Oliveira. OS PRIMEIROS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS BRASILEIROS (1551- 1854): Diagnóstico. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Educação, São Paulo, n. 1, v. 3, 2007.

SANTOS, C. J. O. Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da Silva. Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros. *Ágora*, Florianópolis, v. 27, ed. 54, 2017.

TRINDADE, Cônego Raimundo. A arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua História. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1953. v. 1.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituição de Igrejas e Capelas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1945. v. 1.

VALE, Dario Cardoso. Memória Histórica de Prados. Ed.: D.C. Vale, 1985.